



REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FOTO: RICARDO STUCKERT

Saúde mental e o Grito dos Excluídos

O sofrimento psicossocial nas periferias

Alderon Costa: "Olhar as pessoas em situação de rua como seres humanos"

AGENDA DE LUTAS SETEMBRO DE 2020



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Saúde mental e o Grito dos Excluídos

FOTO: VICTOR AMATUCCI / SOCIAL COMUNICAÇÃO



Pandemia, isolamento social, medo da violência doméstica, desemprego, aumento do custo de vida, violência policial, falta de perspectivas. Esta é parte de

um complexo contexto, agravado pelo racismo e machismo, ao qual têm de sobreviver milhões de brasileiros e brasileiras das diversas periferias do país. Não à toa, é nesse

cenário que as doenças mentais se fazem tão presentes quanto o estigma de que seriam doenças apenas de pessoas ricas.

Dar visibilidade ao tema,

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, LINDBERGH FARIAS, MÁRCIO JARDIM, VALTER POMAR

como comumente é feito pelos movimentos populares, no mês de setembro, é uma das formas de contribuir para avançarmos na democratização do acesso a práticas que promovam a saúde mental para todas as pessoas. Assim, esta edição da *Revista Reconexão Periférias* traz diferentes olhares sobre saúde mental e as periferias, bem como apresenta, em artigo de autoria de Juliana Borges, questões sobre saúde mental e o suicídio entre os policiais, pautando um debate necessário de ser enfrentado ao tratarmos da política de guerra às drogas e as decorrentes mortes que esta gera.

Integrando o calendário de lutas do mês, no dia 7 de setembro, contrapondo-se às celebrações oficiais da Independência do Brasil, temos o tradicional Grito dos Excluídos, que neste ano também foi um Dia Nacional de Mobilização por #ForaBolsonaro. Atividades relacionadas entre si, uma vez que o tema do Grito é “A vida

em primeiro lugar. Basta de miséria, preconceito e repressão. Queremos trabalho, terra, teto e participação”. Para alcançar tais direitos, faz-se necessário um outro projeto estratégico para o país, liderado por governantes que prezem pela vida da população, ao invés do comportamento de absoluto descaso do atual governo federal com a vida do povo.

Para refletir sobre o processo histórico da Independência do Brasil, forjado pelas elites e sem liberdade aos escravos, e seu legado até os dias de hoje na estrutura social racista do país, a revista traz um artigo de João Carlos Nogueira. A entrevista do mês, com Alderon Costa, também trata de temas do Grito dos Excluídos, e enfatiza, entre outros assuntos, o aumento da população de rua na pandemia e a necessidade de políticas de distribuição de renda, além da descriminalização das drogas, taxação das grandes fortunas e reforma agrária. Alderon

destaca a importância, por exemplo, da renda concedida durante a pandemia, mas reforça que ela deveria ser transformada em uma renda básica, permanente, como uma das medidas para reverter a situação dessa população. A realidade e desafios nas políticas públicas para a população de rua também são tema do artigo do movimento nacional da população de rua.

A edição de setembro traz ainda um artigo sobre violência doméstica, no qual o coletivo das Promotoras Legais Populares de São Caetano do Sul apresenta dados de uma recente pesquisa feita por elas, que deixa nítido que há um ainda um longo caminho na luta pelo direito das mulheres a viverem uma vida livre de violência.

Na sessão de arte, a poesia de Célio Lima e duas fotografias de Alderon Costa, que dialogam com o tema da população de rua.

Boa leitura!

O sofrimento psicossocial nas periferias

VALÉRIA NANCI SILVA E CARLOS EDUARDO MENDES

VALÉRIA NANCI SILVA É DOUTORA EM PSICOLOGIA SOCIAL, PESQUISADORA DE TEMAS RELACIONADOS À JUVENTUDE (PERIFÉRICAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS) COM ENFOQUE EM DIREITOS HUMANOS, SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA; RELAÇÕES DE GÊNEROS; ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO. **CARLOS EDUARDO MENDES** É PSICÓLOGO, MESTRE E DOUTOR COM ÊNFASE EM PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA. FAZ PARTE DO FÓRUM EM DEFESA DA VIDA E DO FÓRUM DE PESQUISADORES DA REGIÃO DO CAPÃO REDONDO E JARDIM ÂNGELA. ATUA NO FORMAÇÃO DE JOVENS, NA ASSESSORIA DE CURSINHOS POPULARES.

A resistência da população negra se faz ancestral e propõe, entre moradores das periferias, a formação de laços de solidariedade com força capaz de edificar a trama de relações comunitárias como recursos para promoção da vida e saúde mental, na luta por políticas voltadas ao combate à mortalidade desmedida e ao sofrimento psicossocial sentido por gerações.

A paisagem das periferias, de modo geral no Brasil, acumula ao longo da história certas marcas de penúria promovidas por um processo de déficits políticos e sociais de efetivação e proteção dos direitos essenciais à vida da pessoa humana. Considerando

que historicamente nos territórios periféricos a polícia “atua contra o crime”, mas mata os moradores, jovens e negros, e, que além disso, carecem de água, esgoto, luz e possuem habitações com menor ventilação e maior compartilhamento de cômodos, pode-se afirmar que esse modo específico de viver imposto para os que moram em certos territórios configura racismo ambiental.

O racismo ambiental se expressa no direcionamento seletivo de estruturas, restrições de uso e a localização de danos ambientais, especialmente, nos territórios periféricos que são ocupados majoritariamente por grupos étnico-raciais específicos, pessoas de baixa renda, povos tradicionais, grupos sociais discriminados, operários, trabalhadores informais e locais de ocupação popular para moradia.

Ressalta-se que o deslocamento da população negra para as áreas periféricas das cidades vem de longa data, sempre marcado pela marginalização e estigmatização do território negro.

Desse modo, as consequências ambientais resultantes de políticas econômicas neoliberais vigentes, sob a complacência e omissão do Estado, no que tange à proteção dos direitos constitucionais e direitos humanos, promulgam vulnerabilidades: não somente no nível individual (susceptibilidade biológica, nível de informação, exposição ao vírus, circulação), mas também socioeconômico (desemprego, perda de familiares, falta de rede de apoio) e programático - o acesso aos serviços de saúde, educação e estruturas de saneamento básico.

Essas condições alargam o processo de iminência de morte, como também potencializam formas



distintas de sofrimento psicossocial aos moradores dos cenários periféricos, onde já lidavam com as endemias da Zica e Dengue, agora padecem vítimas da pandemia do Sar-CoV-2.

Uma pesquisa realizada pela União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (Unas) evidenciou que, durante a quarentena: 86% da comunidade de Heliópolis se sentiram deprimidos, 69% tensos e “agoniados”, 64% não conseguiram se concentrar, além dos problemas com o sono (insônia, paralisia do sono, aumento de sonhos e pesadelos). As pessoas passaram a ter medo de sair de casa, de perder algum familiar,

ficar doente e também morrer. Há sensação de angústia e estresse pelas mudanças na rotina, o isolamento físico e a impossibilidade de circular e frequentar os lugares onde comumente compartilhavam experiências; e também pela necessidade de sair para trabalhar, cuidar de familiares doentes e, em alguns casos, elaborar uma morte sem velório.

No entanto, é preciso fazer “a descrição mental dos dispositivos de resistência do povo preto, pobre e periférico”, como diz Roberta Gondim de Oliveira. O uso dos territórios de modo disruptivo, para produção cultural, religiosa, social, educativa e para a permanência da vida e

saúde mental a partir de práticas de solidariedade e apoio mútuo. Como lembrou o professor Deivison Faustino, o que está funcionando é o “nós por nós”, o que o povo preto comumente fazia para dar conta dos obstáculos para a boa vida. Cuidar uns dos outros na dimensão afetiva, com o acolhimento dos mais próximos e, também, os cuidados que envolvem a alimentação, os remédios etc.

Importante frisar que existem associações locais que atuam no controle social e advocacy para a efetivação dos direitos que envolvem as condições estruturais e os serviços públicos disponíveis em cada localidade, também atendem algumas necessi-

dades básicas alimentares e até estão abertas para a escuta empática das angústias das pessoas, mas isso não descarta a necessidade de os serviços públicos organizarem formas também de ampliar o apoio psicológico para os que precisam.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a manutenção da saúde mental depende do respeito e proteção dos direitos básicos civis, políticos, socioeconômicos e culturais das pessoas. Há autores que afirmam que a saúde mental é a capacidade de solucionar problemas e enfrentar adversidades. Se nos basearmos na última afirmação, teremos de considerar que a população negra e periférica, apesar do sofrimento psicossocial sentido por gerações, manteve a saúde mental pela capacidade, também ancestral, de resistir e lutar por uma vida melhor. Assim, a periferia é o centro da (r) existência negra no Brasil.

A resistência da população negra se faz ancestral e propõe entre moradores

das periferias a formação de laços de solidariedade com força capaz de edificar a trama de relações comunitárias como recurso para promoção da vida e saúde mental, na luta por políticas voltadas ao combate à morte desmedida e ao sofrimento psicossocial sentido por gerações. ■

Referências

Santos, A. de O. dos., Massola, G. M., Galeão-da-Silva, L. G., & Svartman, B. P. (2016). Racismo ambiental e lutas por reconhecimento dos povos de floresta da Amazônia. *Global Journal of Community Psychology Practice*, 7(1), 1–20. Disponível em: <http://www.gjcpp.org/en/article.php?issue=21&article=117>

Herculano, S. (2006) O clamor da justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Ambiente*. 3, nº 1, 1-20.

Rolnik, R. (1989). Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: Etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, nº 17, 29-41. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>

UNAS (2020). Saúde Mental na Pandemia - Heliópolis contra o coronavírus. Em https://drive.google.com/file/d/1jCQ5_CfwLiKwEs130UEr-dhI625ndcNbo/view. <https://www.unas.org.br/single-post/em-heliopolis-86-da-populacao-relata-se-sentir-deprimida-na-pandemia>

Palestra Racismo e suas expressões na saúde e na saúde mental. Canal do Youtube da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Dia 11/08/2020. Em <https://youtu.be/kUCzEwyt12E>

Organizações das Nações Unidas. Saúde mental depende de bem-estar físico e social, diz OMS em dia mundial. Em <https://nacoesunidas.org/saude-mental-depende-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/>

O Grito dos Excluídos e a Independência

JOÃO CARLOS NOGUEIRA

JOÃO CARLOS
NOGUEIRA É
SOCIOLOGO



REPRODUÇÃO

Os excluídos sempre gritaram! O eco dos seus gritos vem de muito antes da Independência forjada pelas elites, formada por fazendeiros e comerciantes ligados à economia de importação e exportação, sempre interessados em manter as estruturas da produção, baseada no sistema de trabalho escravo e da grande propriedade. Após a Independência, reafirmaram o absoluto controle das terras, resistindo às pressões da Inglaterra ao tráfico de escravos. As relações mercantilistas do tráfico clandestino mantiveram-se intactas mesmo

após a Lei Regencial de 7 de setembro de 1831, que qualificava como livres os trabalhadores africanos escravizados aportados no Brasil.

Na prática, o discurso do liberalismo político e econômico da época convivia com o trabalho escravo, eleições indiretas e censitárias e saques de terra legalizados com base na Lei de Terras, de 1850. Convivia também com práticas violentas e autoritárias nas relações sociais, com concepções políticas e econômicas de controle e regulação que se estendem ao

longo da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, com efeitos restritivos para os trabalhadores escravizados e livres (BOSSI, 1988). Este conjunto de práticas sociais hierarquizou as relações de trabalho ao longo dos séculos 19 e 20, alcançando a atualidade no século 21.

Resistência negra, medo branco

A onda negra quilombola nas Américas mobilizou milhares de trabalhadores negros escravizados. Para considerarmos essa dimensão do ponto de

vista histórico e o que representaram as fugas, revoltas e a constituição dos quilombos no Brasil, é importante compreendermos que:

Antes da revolução escrava de São Domingos (1791-1804) e das grandes revoltas abolicionistas do Caribe inglês no primeiro terço do século XIX, o episódio de Palmares só teve equivalente na I Guerra Maroon da Jamaica (1655-1739) e na Guerra dos Saramaca no Suriname (1685-1762). Com o aumento do volume do tráfico negreiro transatlântico e a formação dos núcleos mineratórios no interior do território, assumindo diferentes modalidades de norte a sul da América portuguesa. Afora as numerosas comunidades quilombolas, de dimensões e duração variáveis, o Brasil viu aparecer no início do século XIX outra forma de resistência escrava coletiva, presente no Caribe inglês havia bom tempo: o ciclo de revoltas africanas que agitou o Recôncavo Baiano entre 1807 e 1835. (MARQUESE, 2006).

Havia uma onda de

tensões permanente nas províncias do Reino. A pressão e fuga de escravizados e os movimentos de “Independência” que estavam eclodindo nas províncias, como o ocorrido em Pernambuco, em 1817, eram indesejáveis para o Reino. O federalismo não estava na agenda como movimento de unidade das províncias. A produção e o fluxo de exportação de matérias-primas (minerais e agropastoris, principalmente), a importação de manufaturados e o tráfico de escravos satisfaziam os proprietários dos mercados regionais, mas não havia uma entidade nacional que representasse os proprietários das Províncias. Este fenômeno colocava os escravizados no centro do debate como mercadoria de troca para a solução de uma saída nacional. A questão que se colocava era como controlar o processo da Independência mantendo intacto o padrão de exploração da mão de obra escravizada, prolongado até 1888.

Nos anos 1820, às portas da Independência, em 1822, as classes domi-

nantes provinciais pretendiam pôr fim ao governo absolutista instalado no Rio de Janeiro. Crescia o ciclo de revoltas africanas, não só no Recôncavo Baiano, mas também em diversas províncias. Para a classe dominante provincial, era fundamental controlar as províncias no Nordeste, Centro-Sul, Sul e Norte, onde as ideias republicanas estavam em movimento e o desejo separatista ganhava força. Precisavam também prolongar o modo de produção escravagista, considerando que o tráfico internacional dos trabalhadores escravizados estava sendo duramente atacado pelos movimentos abolicionistas.

A Independência vai amalgamar a crença do mito fundador, ancorado na narrativa do vencedor, mas sempre esbarra na resistência e no grito dos vencidos, que constroem um outro projeto de nação.

Foi uma Independência sem povo e sem liberdade aos escravizados. A pergunta continua a ser feita: e o Brasil, em 2022? ■

A guerra às drogas não poupa ninguém: saúde mental das polícias no Brasil

JULIANA BORGES

JULIANA BORGES
É CONSULTORA DO
PROJETO RECONEXÃO
PERIFÉRIAS, NA ÁREA
DE VIOLÊNCIA

A discussão sobre a política de guerra às drogas tem ganhado cada vez mais centralidade na arena pública de debates. Sendo a Segurança Pública um dos principais temas apresentados pela população como preocupação cotidiana, este ganha relevância, tendo em vista tanto o discurso de alta nas taxas da criminalidade e de combate a ela quanto quais são os mecanismos mais efetivos para enfrentarmos o fenômeno da violência.

Um dos pontos que poucas vezes é tratado é da vitimização policial. Será que a perversidade das guerras

às drogas atinge apenas “civis” ou se trata de uma política com engrenagens profundas e complexas, que devemos encarar para termos capacidade de construir coalizões e enfrentá-la?

Ao passo que mais estudos, relatórios, análises, teses e produções sobre a letalidade policial são produzidas, se torna cada vez mais evidente a necessidade de aprofundamento e produções no mesmo sentido sobre a vitimização policial. Não se trata, contudo, de uma comparação como se ela fosse possível. É sempre importante ressaltar que a atuação de agentes da segurança deve ser formulada e fiscalizada a partir da responsabilidade que ela carrega para o conjunto da sociedade, o que nos posiciona não de modo a relativizar o fato de termos as polícias que mais matam

no mundo e dados de letalidade absurdos. Pelo contrário. Os estudos desenvolvidos pelo Reconexão Periferias na área de violência se desenvolvem no sentido de complexificar o olhar, inserindo a violência tanto em seu sentido histórico quanto na contemporaneidade, sendo ainda uma gramática atuante das dinâmicas raciais brasileiras.

Mas os dados sobre vitimização policial têm impressionado e devem ser observados com atenção porque, a nosso ver, eles explicitam e corroboram tanto formulações quanto ativismos que têm denunciado a guerra às drogas como um discurso e uma política que aprofunda desigualdades baseadas em hierarquias raciais.

Dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publi-



cado em 2019 – a partir de dados de 2018 –, apresentam uma dinâmica que, no mínimo, deve nos levar a refletir sobre o alcance de uma guerra cotidiana e militarização, tanto no interior das corporações policiais quanto nos territórios alvo. Segundo o documento, 343 policiais, entre civis e militares, foram assassinados em 2018. À primeira vista, o número poderia ser visto de modo positivo, pois representa uma queda de 10,4% em relação a 2017. Mas o cenário segue preocupante. Destes, 75% foram mortos fora

de serviço, ou seja, 256 policiais foram mortos quando não estavam trabalhando, ao passo que 87 foram mortos em confronto. O perfil destes policiais é de que 97% são homens, 51,7% negros, 65, 5% tinham entre 30 e 49 anos e 32% foram vítimas de latrocínio (roubo seguido de morte ou de graves lesões corporais na vítima).

A maioria das polícias do país não enxerga as mortes fora de serviço como consequência direta das condições de policiais desses agentes, criando uma série de

outros problemas, como o sofrimento à família, que passa a travar uma luta para que seus entes tenham reconhecimento. Esse é um tema importante, tendo em vista que essas mortes podem representar uma gama de problemáticas, como a de policiais como alvo de busca por armas, por vinganças, dívidas como o crime e explicitando uma forte precariedade na profissão, tendo em vista que muitos recorrem aos chamados “bicos” em suas folgas. Apesar de armados, esses policiais estão sozinhos, sem o apoio de seus parceiros e corpo-

ração, em momentos de relaxamento e distração, diferente de quando estão em atividade. Contudo, uma profissão cada vez mais questionada, pela própria dinâmica impressa pelas formações e cotidiano de atuação, não demandaria reconhecimento dos riscos para além do horário de serviço?

Mas um outro dado nos chama atenção: em 2018, 106 policiais na ativa cometeram suicídio (em 2017, foram 74, entre civis e militares). Ou seja, o número de policiais que se suicidam superou o de policiais que morrem em confrontos, decorrentes de operações policiais. O que podemos aferir desses números? E por que devemos olhar com atenção para eles? Primeiro, por algo básico: observar esse fenômeno como algo que não é isolado, que é um retrato de uma realidade que precisamos questionar.

Em geral, temos uma visão objetificada do policial, baseada em mitos que são constantemente

reforçados no senso comum, seja pelas instituições seja pela mídia, com seus programas e séries televisivas que pintam a atividade policial como heróica, quando não por futuros distópicos em que policiais literalmente são representados como máquinas que não pensam, não tem frustrações e agência. Essa construção imagética é incentivada, alimentada e reproduzida cotidianamente, como se policiais não fossem, também, atingidos por problemas e dificuldades, como se não enfrentassem abalos físicos e emocionais. A própria formação e funcionamento das corporações é organizada por uma estrutura extremamente vertical, centralizada, padronizada e militarizada, na qual a reflexão e o livre pensamento são reprimidos por uma série de códigos e condutas disciplinares rígidas e que impactam violentamente no corpo, na psiqué e no moral dos policiais.

A ideia de racionalização e de civilidade empreendida nessas instituições

tem caráter extremamente desumanizador e com severas consequências na saúde dos agentes da segurança. Há um tabu em falar sobre isso e negligência, mesmo quando são percebidos sinais de sofrimento mental por parte desses trabalhadores. O apoio institucional não é visto como uma necessidade, seja pelas corporações seja pela sociedade, embevecida da ideia de policiais combatentes e aguerridos, sempre a postos. E a dinâmica de combate a um inimigo interno, de guerra, promove esse ambiente e situação pela forte pressão interna e social impressa.

A ideia de racionalização e de civilidade empreendida nessas instituições tem caráter extremamente desumanizador e com severas consequências na saúde dos agentes da segurança.

Esse é um tema de toda a sociedade. Policiais

têm apresentado desânimo, ansiedade, estresse, problemas de sono e uma série de outros comportamentos que dizem muito mais do que problemas de suas esferas privadas, já que muitos logo apresentam essas questões, como problemas familiares, como o centro da problemática em torno do suicídio cada vez maior entre policiais. Se comparados com os números da população geral, esses trabalhadores se suicidam até quatro vezes mais e têm a arma de fogo como principal instrumento utilizado.

Nossa proposta de investigação é perceber, na estrutura dessas corporações e na dinâmica da Segurança Pública, a guerra às drogas como um fator a ser observado. Em primeiro lugar, porque é muito disperso falar em guerra a substâncias. O que temos é uma política sendo praticada em que determinados grupos são selecionados como alvos penalizantes, e a demanda por imposições

e coações dispara uma organização de imensas magnitudes, com a gestão de um conjunto de agências que conformam o sistema penal, no qual as polícias se inserem. Ou seja, um sistema que não se organiza de modo arbitrário, mas de modo a garantir o exercício do poder. Em segundo, pela falaciosa ideia de que esses policiais, assim, precisam ser treinados e tratados para a nossa proteção. O que temos visto, em verdade, é a precarização e desumanização de trabalhadores, sob uma política em que pobres e negros são vitimizados em ambos os “lados”. Por fim, pensar uma outra política de segurança pública demanda que observemos e analisemos todas as pontas e complexas teias que, em verdade, escondem uma estrutura que mantém privilégios, desigualdades e o poder centralizado na mão de poucos homens, ricos e brancos. Não se trata, portanto, de propor paliativos, como se

enfrentássemos problemas pontuais, mas de perceber que é preciso transformar estruturalmente essas dinâmicas e políticas ou estaremos sendo cúmplices de um sistema de privilégios que produz mortes cotidianamente. ■

BIBLIOGRAFIA

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

ADORNO, S.; MINAYO, Maria Cecília. “Risco e (in) segurança na missão policial”. In: Revista Ciência & Saúde Coletiva. vol. 18, núm. 3, 2013, pp. 585-593 [https://www.redalyc.org/pdf/630/63025680028.pdf] última visualização em 28 de agosto de 2020. Latina. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

O cuidado a usuários de álcool e drogas em meio à pandemia

ANA PAULA ANTUNES DE SOUZA E ROSA MARIA SOARES ONGARI

FOTO: PORTAL DO GOVERNO FEDERAL



Na configuração nacional da pandemia, enquanto os transtornos mentais crescem, os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) têm dificuldade em ofertar cuidado à população.

Por essência e finalidade, os Caps são serviços de saúde nos quais se entende saúde não como ausência de doenças, mas sim como exercí-

cio pleno da cidadania. Dessa forma, se propõem a desenvolver junto do indivíduo um reconhecimento de si e de seus desejos, ofertando o cuidado enquanto produção de vida, com vistas a estar e habitar a cidade de uma forma que lhe seja benéfica e garanta sua liberdade.

Sendo assim, os Caps trabalham essencialmente

com o território e com a comunidade. Circular e estar nos espaços sociais é condição intrínseca ao tratamento no Caps, assim como promover socialização entre indivíduos, uma vez que estas são pilasstras do direito de existir.

Durante a pandemia, o funcionamento do Caps foi se pautando pelas normativas do Ministério

ANA PAULA É PSICÓLOGA PELA PUC SP, MESTRE EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO; ESPECIALISTA EM SAÚDE DA FAMÍLIA PELA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA (ENSP/FIOCRUZ). ATUALMENTE É PSICÓLOGA EM UM CAPS AD III.

ROSA MARIA É ENFERMEIRA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ESPECIALISTA EM SAÚDE MENTAL E PSIQUIATRIA PELO INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE SÃO PAULO. TRABALHOU NO PROJETO "A COR DA RUA" E ATUALMENTE TRABALHA NO CAPS AD III BRASILÂNDIA.

da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo para o período, em especial as portarias da Secretaria Municipal da Saúde - SMS de N°154 de 20 de março de 2020 e de N°260 de 18 de junho de 2020.

Dessa forma, no primeiro momento, foram suspensos grupos e atividades coletivas, assim como a convivência, importante espaço de troca e socialização entre usuários e profissionais e de oferta de cuidado. Além disso, fomos orientados a realizar o monitoramento e acompanhamento dos usuários por meio de teleatendimento com registro em prontuário. Nos deparamos então com limitações e desafios de diversas ordens para continuar garantindo o acesso e a oferta de cuidado em saúde mental.

Ficamos restritos a dois tipos de atendimento: individuais e crises. E antes que tivéssemos de avisar a todos os usuários do serviço deste novo funcionamento, a notícia entre eles se espalhou

rápido, da forma tradicional, nos encontros na rua, e não via celular ou mídias sociais, já que muitos não possuem acesso a essas tecnologias. E é justamente a ausência do acesso a essas tecnologias que se tornou um dos desafios no cuidado: com as novas normativas, os usuários deixaram de acessar o serviço intensamente, como era de costume.

Alguns usuários continuaram aparecendo no serviço, é por eles que ficamos sabendo das crenças acerca da pandemia que estão circulando. Frases como: “esse vírus é uma invenção”; “só pega quem acredita”; “eu não pego porque bebo corote e isso mata o vírus”; ou “eu não tenho medo do Corona porque já peguei coisa pior”, comuns em diversos discursos, denunciam a vulnerabilidade ao vírus, seja pela condição socioeconômica que dificulta o acesso às informações ou pela forma de socialização presente na vida destes usuários.

Em um serviço de Caps Álcool e Drogas (Caps AD) é comum notar o compartilhamento indiscriminado entre os usuários, desde as substâncias que fazem uso e seus meios (cigarro, garrafa, baseado, copo, cachimbo) até a moradia. Compartilhar o que se tem e agrupar-se como forma de apoio mútuo são estratégias de sobrevivência para populações social e economicamente marginalizadas. Compartilhar este que aumenta a exposição à contaminação e que vai na contramão das orientações de prevenção à transmissão do vírus.

A noção de que este é um comportamento intensamente presente na produção de vida dos usuários fez urgente a necessidade de intervenção com vistas a prevenir a transmissão do vírus e assim as mortes, uma vez que, no nosso recorte pessoal, escrevemos a partir da experiência em um serviço que se localiza em um dos territórios com maior número de

casos na cidade de São Paulo.

Sem possibilidade de contato remoto ou de agrupamentos no serviço e entendendo o grande contingente de indivíduos que necessitavam de orientações e de cuidado, foi a partir de seguidas reflexões e discussões em equipe que optamos por sair às ruas.

As ações no território foram planejadas com o objetivo de garantir o acesso dos grupos mais vulneráveis ao cuidado e de atender casos mais graves que, no contexto da pandemia, não conseguiam estar presencialmente no Caps. Assim, passamos a realizar algumas visitas domiciliares e ações de redução de danos nas cenas de uso do território. Tomando algumas precauções necessárias para diminuição do risco de contágio para equipe e para usuários, tais como paramentação completa com EPIs, limitação do número de pessoas dentro do carro, intensificação da limpeza

e desinfecção do carro e dos espaços de espera e de atendimento, distanciamento nos contatos.

Luvas, óculos, máscara, viseira e avental. Para proteger a saúde do trabalhador e do usuário, essa foi a única forma que permitiu que estivéssemos em ação na rua. Situação inédita nas intervenções em saúde mental, uma vez que a presença de uniformes cria distanciamentos hierárquicos e afetivos entre usuários e profissionais, tornando-se uma barreira à construção do vínculo, elemento essencial no cuidado em saúde mental. Nova frase: “vocêsem parecem uns extraterrestres”, foram as que passamos a ouvir. Ainda assim, temos conseguido, dentro das limitações colocadas, orientar, sensibilizar e prover insumos que ajudem na redução da transmissão: sabão, água, roupa, comida, papel de seda para fumo.

Ofertar cuidado em saúde a uma população socialmente marginalizada,

com vulnerabilidades de diversas ordens, lacunas dos direitos mais básicos de sobrevivência e que faz uso de substâncias, já enfrenta, historicamente, desafios que vão desde estigmatização social à disputa de modelos de cuidado, passando por ausência de articulação com outros setores para garantia de direitos, insuficiência de recursos, entre outros. Em tempos de pandemia, os desafios na oferta de cuidado a essa população se intensificam. Fica evidente para nós a desigualdade com que o vírus atinge as diferentes camadas da sociedade durante a pandemia, como a população descrita aqui vai ficando mais exposta aos prejuízos decorrentes da pandemia, tanto para a saúde quanto os econômicos e sociais. ■

“A minha vida não vale nada se a do outro estiver estragada”

FOTO DIVULGAÇÃO



No mês das celebrações oficiais da Independência do Brasil, a revista Reconexão Periferias entrevistou o jornalista e militante Alderon Costa. Como representante do Grito dos Excluídos – que desde 1995 reúne movimentos sociais para mobilizações de denúncia das desigualdades sociais que turvam o conceito de independência – ele discorreu sobre um dos problemas mais persistentes e agudos de nossa realidade, a

população em situação de rua. Problema que se aprofunda na crise atual. Acompanhe:

Revista Reconexão Periferias:

Eu queria começar com uma pergunta sobre sua própria vida. Como você se aproximou dessa questão social, e passou a ser, inclusive, um jornalista especializado no tema?

Alderon Costa: Obrigado por este espaço. Sobre a sua pergunta, eu costumo dizer que eu nunca me

distanciei dessa realidade. Eu sempre estive nessa realidade. Eu venho da roça.

RP: De que cidade você vem?

AC: Eu venho de Unai. Morei até os oito anos na roça. Roça bem simples, bem pobre. Eram pequenos agricultores, meu pai, meu avô, meus tios. Que também foram levados por este capital, que chegou pra investir em soja e carvão, e comprou as terras todas, e a gente teve que ir pra Brasília.

RP: Seu pai e seu tio trabalhavam como meeiros, é isso?

AC: Não, eles tinham uma pequena propriedade, e os filhos trabalhavam nessa propriedade e cada um com o tempo foi adquirindo suas terras. Mas eram terras pequenas, 20 hectares.

RP: Não resistiram ao assédio das grandes empresas que vinham para comprar as terras...

AC: Isso mesmo. Já na década de 1970. Era muito

forte essa pressão. Aí fomos para Brasília e lá moramos em várias invasões, como se dizia à época, em ocupações nas terras devolutas do Estado. Minha mãe trabalhava como lavadeira, como doméstica... A minha realidade sempre foi essa. Aos 14 anos eu tive que trabalhar, sempre trabalhando e estudando. Mas eu tenho uma experiência muito interessante, que aconteceu em Ceilândia Norte. Eu morei lá em 1975, até 1980, e lá eu aprendi, na igreja – nós tínhamos lá um trio de padres muito comprometidos com a realidade, com o povo, trabalhavam nos mutirões, hortas comunitárias, faziam registro pra quem não tinha registro – então foi ali que eu aprendi esse trabalho de se preocupar com o outro, cuidar de si mesmo a partir do outro. Eu me preocupo com os outros, mas estou trabalhando para mim mesmo.

RP: Eu queria saber se você se lembra do nome desses três padres.

AC: Padre Antonio – falecido em novembro –, padre Ângelo e padre Léo.

Eram holandeses. Marcaram minha vida porque eram muito próximos do povo. Eram um exemplo de trabalho – a gente andava de bicicleta, fazia reflexões, trabalho com a comunidade, um trabalho de integração, um trabalho com as pessoas para aproveitar, por exemplo, o espaço de plantio que havia nos lotes, que lá em Brasília são grandes, para fazer uma horta. Tinha muitos migrantes que não tinham documentos, não tinham registro. A gente fazia mutirões com os cartórios para fazer esses registros. Além do trabalho de conscientização, de organização. Era uma época em que a Igreja tinha a Teologia da Libertação, estavam se formando as comunidades eclesiais de base, isso tudo foi minha grande escola. Os textos do Carlos Mesters – teólogo muito famoso que vive hoje em Unaí, no convento dos carmelitas – eram textos que sempre diziam que não dá pra ler a Bíblia sem ler a vida.

RP: Você estava dizendo que saiu de lá e...

AC: Vim pra São Paulo.

Pra estudar. Eu vim pra ser padre. Estudei no seminário oito anos, na congregação dos espiritanos. Os anos que eu estudei – de 1982 a 1988, mais ou menos – você sabe que quando se chega no seminário, tem uma estrutura ali, uma casa, uma faculdade paga pela congregação... Isso tudo foi pra mim um choque. Antes eu trabalhava com fotografia, fazia revelação, e à noite, estudava. Aí de repente eu tinha tempo, estudava pela manhã, a gente passa a ler. Era um período de grandes questionamentos, e a Igreja estava numa crise muito violenta. Tinha vindo o Vaticano II, a Igreja estava se adaptando, Teologia da Libertação... toda a efervescência do movimento social, todo o esforço para superar o regime militar, eu comecei a acompanhar isso em São Paulo, porque em Brasília isso era muito escamoteado, as escolas tinham muitos militares, então a gente não tinha muito conhecimento dessa história do Brasil. Fiz um ano de estudos e trabalhava numa comunidade em Pirituba, mas

aquilo me angustiava. A gente estava numa ilha: o povo com fome e a gente que se propunha a trabalhar com o povo estava ali, numa ilha. Esses questionamentos eram constantes. E em 82, como parte dessa busca, eu passei um dia pela Praça da Sé e vi uma livraria Paulinas, entrei e dei de cara com um livro *Somos Um Povo Que Quer Viver*. Era sobre um experiência de uma sopa que acontecia debaixo do viaduto do Glicério. Era uma sopa diferente, porque era feita por todos. Partia de uma instituição que era fechada, e eles perceberam que aquilo não estava mudando muita coisa: de cada um que entrava, outros dez iam para a rua. Eles decidiram ir pra rua, pra saber o que a rua estava precisando. Assim, perceberam que as pessoas fazem comida coletivamente, com aquilo que ganham, e concluíram: “vamos reproduzir isso, vamos viver isso”. Toda a quarta-feira, ao meio-dia, ali perto havia uma feira que quando terminava sobrava muito alimento, era um desper-

dício absurdo; se juntavam os voluntários, os moradores de rua, eram umas cinquenta pessoas. Durante seis anos, eu fiz este trabalho, onde eu fui conhecendo as pessoas de rua, iniciando um processo de transformação junto com eles. O grande lance era esse: não fazer para eles, mas fazer junto, desde a sopa até as outras atividades. Eu tive um momento que até hoje guardo na memória: uma vez eu tive de segurar as tripas de um rapaz, literalmente. Houve uma briga, um esfaqueou o outro e as tripas saíram pra fora, e eu fiquei segurando até a polícia chegar. E você acredita que cinco anos depois esse rapaz passou lá na sopa e me agradeceu: ‘olha, você pensa que eu esqueci? Não me esqueci não’. Então, essas coisas sempre acompanham a gente.

RP: Quero te perguntar sobre a comparação entre aquele momento em que você começou a trabalhar mais de perto com essa população e os dias de hoje. As coisas permanecem iguais?

AC: É totalmente diferente. Naquele momento nós não tínhamos nada, não havia uma ação da prefeitura, albergues, havia só dois albergues, que a polícia militar é que tomava conta, era uma coisa absurda. A coisa da violência era muito maior. Havia também a coisa de usar a população de rua como mão-de-obra barata. Havia um local onde hoje funciona a Fundação Casa (na capital paulista, bairro do Brás), galpões enormes onde as pessoas moravam. Na época do café, por exemplo, saíam ônibus e ônibus dali para levar as pessoas para o interior ou para o Norte, trabalhar.

RP: Nós estamos falando dos anos 1980, não é do século 19 não, né?

AC: Sim (risos). Olha, era uma época em que não existia nenhuma proteção pra população em situação de rua. Essa realidade vai mudar um pouquinho só lá em 1989, 1990, quando chega a (Luiza) Erundina na prefeitura de São Paulo. Tudo com muita violência. Nós estamos falando da polícia do (Paulo) Maluf. Havia muitos matado-

res. E não tinha a quem recorrer, que eu acho que era o grande problema. Agora a gente conseguiu construir nestes últimos anos algumas instâncias, a defensoria pública é um exemplo claro, era algo que não existia. Recurso pra políticas públicas, também não tinha. A população de rua estava ao léu. Naquela época falava-se em mil, 1.500 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Um número pequeno, para os dias de hoje. A partir de 2000 houve um crescimento enorme, depois que começaram a fazer as pesquisas na cidade de São Paulo. As pesquisas começaram em 1992. Esta primeira não é contada (na série histórica) por causa da metodologia, foi uma pesquisa comunitária, que não gastou dinheiro nenhum. Hoje nós estamos falando em 25 mil pessoas.

RP: E no Brasil, você tem os números?

AC: No Brasil você tem duas possibilidades. Há uma pesquisa feita pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social)

em 2009, em 300 cidades com mais de 300 mil habitantes, e nesta pesquisa se deu 34 mil pessoas. Somando-se com outras cidades que já tinham pesquisa, chega-se a um número de 54 mil, no máximo 60 mil pessoas. Este é um dado, de 2009. Depois tem o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que fez agora um trabalho bem interessante, em 2019. Eles juntaram algumas informações que existem no SUS, na assistência social, especialmente no Cadastro Único, e chegaram no ano passado a 100 mil pessoas no Brasil. Mas foi feita uma revisão na metodologia e eles lançaram no começo deste ano os novos resultados, que chegaram a 200 mil pessoas em situação de rua. Claro que isso vai se alterar profundamente pós-pandemia. Colegas nossos que têm feito atendimento reportam que estão chegando muitas famílias.

RP: Se os órgãos oficiais não se preocupam em fazer a estatística, fica muito mais fácil para o poder público e a própria

população fingir que o problema não existe.

AC: Nós temos cobrado muito isso. Sabe, essas pesquisas de 2000 a 2015, o acesso a elas era muito difícil. Era só via Ministério Público. Porque o poder público fazia a pesquisa e escondia. E desde os anos 2000 existe uma cobrança para que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inclua no censo a população em situação de rua. Fizemos um esforço enorme, a partir da gestão Lula – inclusive havia o encontro anual do Lula com a população de rua, e eu me lembro muito bem que eu fui designado porta-voz pra falar com o Lula da importância disso. E o Lula prometeu, “o IBGE vai contar sim a população de rua”. E ele realmente fez todo um esforço pra que isso acontecesse. E o IBGE passou a fazer o trabalho, e fez inclusive um piloto no Rio de Janeiro. E hoje, tem uma metodologia. Não vai incluir a população de rua na próxima pesquisa por uma questão política. Porque recurso tem. É

uma vontade política.

RP: Lembrando que se dependesse do atual governo, nem censo haveria, porque eles chegaram a defender a suspensão da pesquisa. A partir dessas pesquisas, nós temos um perfil da população em situação de rua?

AC: Com certeza. As pesquisas hoje são unânimes em olhar alguns dados. A questão de o número aumentar, isso é básico. Hoje também se sabe que não se trata mais de uma questão masculino/feminino, há toda uma questão de gênero, de indígenas, de imigrantes que estão também chegando na rua. Ampliou-se o perfil daquela população. Há também a questão da idade, é uma população jovem. De 18 a 49 anos são a maioria. E 70% são negros.

RP: O que fazer para combater as causas que levam as pessoas a viverem em situação de rua? Quero perguntar também se essa questão passa pelo processo eleitoral ou é preciso algo mais?

AC: Precisa de algo mais

do que o processo eleitoral. A gente sabe que não é uma gestão que vai mudar esta realidade. Não é uma política que vai mudar esta realidade. A realidade de pessoas em situação de rua é muito complexa porque envolve várias políticas. A população em situação de rua é mais uma questão de direitos humanos do que de assistência. Quando se fala de assistência, a gente já tem o conceito do coitadinho, da pessoa que está necessitada. E a maioria está desempregada, não pode pagar o aluguel. O período mais crítico que tivemos a história foi a era Collor, quando tivemos um pico da população em situação de rua. Muita gente foi pra rua. Agora teremos outro pico, tem muita gente que não tem dinheiro pra pagar o aluguel. E não há uma política pra criar emprego pra essas pessoas. Outra coisa é a continuidade dessas políticas. A gente entende que como é uma coisa grave, complexa, um governo só não consegue resolver.

RP: Há algum exemplo internacional que seja uma referência positiva?

AC: Até onde eu sei, todos os países estão buscando uma solução. É um problema sistêmico, da concentração de renda. O sistema concentra tanta renda que alguns vão ficar sem. Um dos países que têm uma política interessante é o Canadá. Lá, a iniciativa privada tem algumas ações interessantes: um grupo de empresários comprou um prédio, reformou e colocou à disposição dos moradores de rua. Não chamaram a polícia para retirar essas pessoas, mas fizeram uma ação de inclusão delas. Estamos agora acompanhando Portugal, que tem investido muito na moradia primeira, especialmente ligada à saúde mental. Mas não há um modelo a ser importado.

RP: Eu me lembro de uma live do Reconexão de que você participou e dizia que nessa pandemia surgiu um movimento solidário como você nunca havia visto antes.

AC: O que a pandemia

trouxe é isso: que todos somos responsáveis. Até porque a minha vida não vale nada se a do outro estiver estragada. Eu recebi vários telefonemas de gente que dizia “Olha, eu não posso fazer nada, eu posso até morrer”. Essa foi a sensação de todos nós quando passamos a ficar em casa. Foi um susto que a gente levou. “Mas eu preciso fazer alguma coisa, eu quero contribuir. Eu não posso ficar inerte vendo as pessoas em situação de rua”. Esta conexão entre as pessoas é muito importante, é o que tem de ficar. Romper o preconceito. A partir deste momento, as soluções vão acontecendo. Aquela pessoa que está na frente da minha casa, a partir do momento em que eu rompo o preconceito, converso com ela, aprendo o nome dela, eu consigo um contato qualificado com aquela pessoa. Pode ser que aquela pessoa nunca vá sair da rua, mas ela começa a ter dignidade. E eu acho que esse é o grande lance que nós temos de defender, que é o direito à cidade com dignidade. O poder

público pode não ter espaço pra toda essa gente, mas tem de proporcionar condições de viver dignamente. Temos de qualificar os albergues existentes e investir em políticas efetivas de porta de saída, que são: habitação – que inclui locação social, aluguel, moradia primeira, repúblicas, que são uma grande saída. E há as políticas de apoio, como os restaurantes populares. Banheiros públicos.

RP: O que pode fazer quem quiser se envolver positivamente?

AC: Nós temos no Brasil um problema recorrente que é a distribuição de renda. Precisamos mudar urgentemente esta cultura, precisamos distribuir renda. Para isso, é preciso fazer distribuição de terras, investir em moradias, é preciso pensar numa renda básica, sim – essa experiência da renda de R\$ 600 reais foi fantástica, ajudou muita gente, pena que é temporária. Nós estamos defendendo taxar as grandes fortunas, acho importantíssimo. E por que não efetivar uma reforma agrária que valo-

rize a agricultura familiar? A questão das drogas: a gente tem dito que é preciso descriminalizar, não dá mais pra continuar do jeito que está. Hoje você tem mais de 40% dos presos que não passaram por nenhum juiz. Eu fiquei muito contente esses dias com uma funcionária pública que fez uma intervenção no centro de São Paulo, a guarda municipal e a equipe de limpeza estavam retirando as barracas da calçada, essa funcionária pegou o decreto e disse: “Olha, vocês não podem fazer isso”. Ela conseguiu que aqueles funcionários da prefeitura não fizessem uma injustiça. Isso é superimportante, essa proatividade contra a violência. Qual quer forma de violência, a gente não pode aceitar. E a outra coisa: se aproximar. Não ter medo. Olhas essas pessoas em situação de rua como seres humanos. E nós temos muitas organizações sérias, instituições: vá, se aproxime, dá pra fortalecer ações transformadoras. ■

População em situação de rua é gente como a gente e precisa da nossa empatia

VIVIANI APARECIDA DA CUNHA DO PRADO

VIVIANI APARECIDA DA CUNHA DO PRADO É MILITANTE DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA DO PARANÁ, VOLUNTÁRIA DA ONG MÉDICOS DE RUA DE CURITIBA, EX-PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA BENEFICIADA PELO PROJETO PILOTO DE MORADIA PRIMEIRO E ESTUDANTE DE ARQUITETURA E URBANISMO NA UNICURITIBA.

A população em situação de rua não precisa de esmola, ela precisa de políticas públicas e efetivas que lhe ajudem a superar essa situação. Lute em prol dessa causa!

A população em situação de rua tem, em 19 de agosto, seu dia nacional de luta, originado em 2004, quando sete moradores de rua foram mortos e oito ficaram feridos, entre 19 e 22 de agosto daquele ano, na Praça da Sé, em São Paulo (SP).

Em 2018 estimava-se que essa população seria de mais de 122 mil pessoas por todo o país. Porém, esse número não retrata nem de perto a realidade, existem muito mais pessoas em situação de rua do que querem nos fazer

pensar, pois não há um senso sobre essas pessoas e as fontes de dados usadas são o CadÚnico e as listas de acesso aos espaços de acolhimento.

Contudo, nem 50% dessa população tem cadastro no CadÚnico e mais da metade das pessoas em situação de rua que estão nas calçadas, parques e marquises não utiliza os espaços de acolhimento, por falta de vaga ou por opção (já que, na maior parte dos casos, são desrespeitados e violados os seus direitos por aqueles que prestam os serviços).

Um grande exemplo é a cidade onde vivo, Curitiba, capital do Paraná. Aqui, em 2019, pelos dados da Fundação de Ação Social (FAS) da cidade, o [número de pessoas em situação de rua](#) era de 2.310.

No dia 08/06/2020,

alcançaram o número de 1.138 vagas, com a abertura de mais um hotel social, que [disponibilizou 150 novas vagas](#).

Mas a realidade das ruas é outra: o dado percebido por todos que fazem atendimento social por Ong's e pelo Movimento Nacional da População de Rua do Paraná é que esse número de desabrigados é muito maior.

Em janeiro de 2020 já era uma estimativa comum que tínhamos mais de seis mil pessoas em situação de rua na capital do Paraná, e, com a pandemia de Covid-19, esse número aumentou devido ao desemprego e à ausência de condições mínimas para muitas famílias sobreviverem, porém, ainda não se tem uma base certa de quanto cresceu.

Eu escrevo sobre Curitiba porque é a realidade que

conheço e vivo, como militante do movimento nacional da população de rua e como voluntária da ong médicos de rua de Curitiba, porém, sei por notícias internas de grupos de militantes ou de voluntários de ongs pelo Brasil que em todos os cantos do país o quadro não é muito diferente. E, infelizmente, o poder público não faz nada para mudar essa situação, afinal, a miséria atrai votos em anos eleitorais.

A sociedade civil na maioria das vezes apenas

criminaliza e discrimina essas pessoas. Olhando apenas para o lado físico delas, esquecendo-se da empatia e do amor ao próximo. Na maioria das vezes a população em situação de rua é considerada vagabunda e preguiçosa, o que é uma grande mentira, visto que 70% dela trabalham informalmente como flanelinhas, catadores de latinhas e/ou reciclados, vendendo balas e outras coisas nos semáforos, sendo artistas dos sinaleiros, 25% são mangueadores (contado-

res de histórias por um trocado) e apenas 5% são de fato os desocupados (aqueles que apenas esperam as coisas caírem do céu). A população em geral tem por hábito classificar as pessoas que vivem na rua como criminosas, mas menos de 20% delas têm passagem criminal e apenas 6% são egressos de unidades penitenciárias.

A população de rua é “um dos reflexos do intenso processo de exclusão social, é a população em situação de rua que, em decorrência da ocupação

FOTO: SÉRGIO SILVA



do solo urbano estar baseada na lógica capitalista de apropriação privada do espaço mediante o pagamento do valor da terra, não dispõe de renda suficiente para conseguir lugares adequados para a habitação e, sem alternativas, utiliza as ruas da cidade [como moradia](#)". E "conforme definição da Secretaria Nacional de Assistência Social, a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular, sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de [forma permanente](#)".

O Art. 6º da Constituição Brasileira de 1988 diz que: "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a [assistência](#)

[aos desamparados](#)."

No dia 21/08/2019, em Brasília, na Câmara Federal, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua foi criada, através das solicitações dos militantes do Movimento Nacional da População de Rua de 20 Estados Brasileiros mais o Distrito Federal, e as Pessoas em Situação de Rua desses estados esteve presente na 1ª Marcha Nacional das Pessoas em Situação de Rua e na audiência pública, na Câmara, que ocorreu no dia 22 para debater [políticas públicas](#).

Até o momento tivemos pouco ou nenhum avanço nas políticas públicas desde então. Precisamos lembrar que as pessoas em situação de rua são mais que um número, uma estatística, elas são seres humanos e assim como todos da sociedade precisam ter seus direitos e sua pessoa respeitada, acolhida e amada.

Para que as coisas mudem, precisamos nos colocar no lugar deles e, através

da empatia, nos unirmos para conseguir melhores condições de vida para essa população tão sofrida e abandonada, pois a grande maioria precisa apenas de oportunidade e ajuda para superar a situação tão miserável que vive.

Quando passamos nas calçadas e vemos uma pessoa deitada em pleno sol escaldante às 12h, normalmente, o primeiro pensamento costuma ser: mais um vagabundo dormindo, por isso que não sai dessa vida. Ou então: mais um viciado que se acabou nas drogas vagabundeando.

Na verdade, em 90% dos casos a realidade é outra. Essa pessoa, no dia anterior, levantou às 14h, foi trabalhar em seu ponto do sinalheiro (ou flanelinha), ou mesmo catar latinhas e/ou recicláveis. Mal comeu durante as horas acordadas (a maioria tem ajuda de alimentações de Ong's a noite, mais nem todos têm, um número muito pequeno tem alimentação durante o dia pelo serviço social da cidade onde

vive (os chamados centro pop's). Trabalhou até umas 21/22h e aí voltou para seu ponto de dormir. O frio estava de cortar, mal agasalhado, mal nutrido e com fome, sede e frio. Gastou seu último quinhão para comprar uma pequena buringa de bebida alcoólica, para se esquentar, e ludibriar a fome. Porém, mesmo se consegue, não dá pra dormir de verdade, pois precisa estar alerta para defender sua vida se for necessário.

Pessoas nas calçadas, praças e marquises não dormem à noite, apenas cochilam, isso quando conseguem, só vão de fato conseguir dormir após amanhecer, quando as pessoas da sociedade civil iniciam seu trajeto e passagens por onde elas vivem. Isso porque apenas nesse horário, com a circulação, elas estão relativamente seguras para baixarem a guarda. Infelizmente, em determinados locais ou momentos, essa segurança é quebrada pela abordagem de guardas militares ou

mesmo proprietários de comércios em frente.

Na pandemia de covid19, com as políticas higienistas de muitos prefeitos, está ainda mais difícil a vida dessas pessoas em situação de rua, pois, com a maioria em casa, a alimentação na rua diminuiu e em alguns locais cessou, os prefeitos e vereadores ou estão muito ocupados com outras parcelas de população, com seus próprios umbigos ou aproveitam para higienizar a cidade que governam, simplesmente fazem vistas grossas e não agem em socorro delas. As ong's que conseguiram continuam operando e ajudando essa fatia da população cada dia têm menos e menos recursos. Com isso, essa parcela da humanidade está cada vez mais exposta e definhando pela vida.

Para mudarmos essa situação é necessário que, antes de mais nada, nós, seres humanos, nos compadeçamos de nosso irmão em situação de rua, nos coloquemos no lugar dele. Não julgar, mas

estender a mão a ele (a). Aqueles que têm como ajudar financeiramente, ajudem com o que podem e também abracem a luta das políticas públicas viáveis para atender essa população. E aqueles que não têm como ajudar financeiramente, ajudem fazendo voz aos que lutam e pedem em prol das políticas públicas viáveis. A rua não precisa de esmola, ela precisa de: moradia, em primeiro lugar, para aí ter trabalho formal, saúde, alimentação segura e saudável e educação e cultura. Afinal esse é um direito de todo o cidadão brasileiro. ■

Em São Carlos, dados alarmantes e ausência de políticas públicas

O COLETIVO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DE SÃO CARLOS ATUA HÁ 10 ANOS NA CIDADE DE SÃO CARLOS/SP PROMOVEDO AÇÕES DE EDUCAÇÃO POPULAR EM DIREITOS E DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, A PARTIR DA PERSPECTIVA FEMINISTA



FOTO: PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DE SÃO CARLOS

Dados sobre a situação de violência contra as mulheres no município de São Carlos (SP) dão visibilidade aos 14 anos da Lei Maria da Penha e mostram que ainda há um longo caminho na luta pelo direito das mulheres de viverem uma vida livre de violência .

A Lei Maria da Penha (LMP) (nº 11.340/06), fruto da luta feminista, trouxe inúmeros avanços na prevenção, assistência e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, sendo hoje o principal instrumento jurídico de proteção às mulheres brasileiras. Ao responsabilizar o Estado pelo enfrentamento à violência, ela também contribui para a estruturação de uma rede de atendimento às mu-

lheres e políticas públicas específicas.

Construir uma política pública que responda aos problemas da realidade local requer um diagnóstico dessa realidade, sendo a ausência de dados sobre a violência contra as mulheres (nos níveis nacional, estadual e, sobretudo, municipal) um grande desafio para a implementação da LMP. Além da subnotificação, não há divulgação de informações sobre esse

fenômeno pelas instâncias governamentais.

O município de São Carlos (SP), que já foi referência no campo de

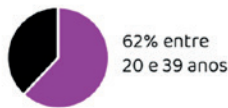
políticas públicas para as mulheres, desde 2012 passa por um desmonte das políticas sociais, dentre as quais o fechamento do Centro de Referência

da Mulher, serviço especializado no atendimento às mulheres que era também responsável por sistematizar e divulgar dados sobre a situação de

Violência contra as mulheres no município de São Carlos/SP



Dados de 2018 das mulheres adultas vítimas de violência que procuraram equipamentos de saúde:



47% casadas e 43% solteiras



80% o autor da agressão era o sexo masculino (pai, companheiro ou ex)

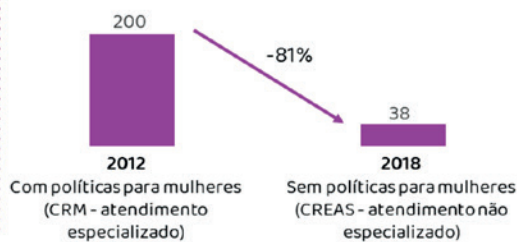
Dados da Justiça: Número de inquéritos distribuídos (Lei Maria da Penha) nas varas criminais



Em três anos equivale a...



Dados da Assistência Social: Atendimento às mulheres em situação de violência (casos novos)



INFOGRÁFICO ELABORADO POR MADELEINE REINERT MARCELINO

violência doméstica para a população.

Com a intenção de conhecer e divulgar a situação do município, como forma de dar visibilidade à LMP e cobrar sua real efetivação, o Coletivo de Promotoras Legais Populares de São Carlos vem se dedicando nos últimos anos a criar um banco de dados sobre a violência contra as mulheres. Os dados, aqui apresentados, referentes aos anos

de 2017 a 2019, foram fornecidos por serviços públicos que atendem direta ou indiretamente mulheres em situação de violência: equipamentos da saúde, assistência social, justiça e segurança pública.

As informações levantadas mostram que a violência doméstica é o principal tipo de violência sofrida por mulheres que procuram o sistema de saúde. Conhecer o

perfil das vítimas e dos agressores é um passo fundamental para traçar estratégias de enfrentamento ao problema. Essa visão ampla foi possível a partir da análise dos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, que mostraram também que as mulheres que chegam aos serviços muitas vezes sofrem outros tipos de violência além da física (como patrimonial, sexual, psicológica e moral). Isso

evidencia que o fenômeno é complexo, devendo ser tratado de forma igualmente complexa.

Comprovando estatísticas estaduais e nacionais, o levantamento realizado pelo Coletivo mostra altíssimos índices de violência doméstica e familiar em São Carlos (evidenciados pelo número de inquéritos instaurados sob a LMP divulgados pelas varas criminais de justiça), ao passo que o número de atendimentos no equipamento de assistência social responsável pelo acolhimento e

atendimento às mulheres (desde 2012 feitos pelo Centro Especializado de Assistência Social - Creas) vem diminuindo vertiginosamente ao longo dos últimos anos, segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência Social. Fica evidente o impacto do desmonte e a importância de uma rede, multidisciplinar e integrada, de atendimento e acolhimento às mulheres, prevenção à violência e punição dos agressores.

Os dados (e a falta deles) mostram que ainda

há muitos desafios na garantia dos direitos das mulheres. O Coletivo de PLPs de São Carlos compreende a potência da mobilização da sociedade civil no controle social da atuação estatal. Esperamos que a apresentação desta pesquisa mostre a importância do movimento de mulheres na fiscalização e proposição de políticas públicas voltadas especificamente para a garantia do direito de todas as mulheres a viver uma vida livre de violência. ■



FOTO: PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DE SÃO CARLOS

AGENDA DE SETEMBRO DE 2020

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, a agenda deste mês será destinada à divulgação de programações online:

Live do Projeto Reconexão Periferias na tvPT

Toda terça-feira, às 19h (horário de Brasília).

tvPT - programas sobre coronacrise, economia, política e muito mais

De segunda a sexta-feira, às 11h e às 19h (horário de Brasília).

Rádio Comunitária "A Voz das Comunidades" 87,9FM

na página do Facebook e no aplicativo <https://www.facebook.com/radiocomunitariaavozdascomunidades87.9fm>. Programações diárias das 6h às 20h (horário de Manaus).

Programa Camisa de Força

temas do cotidiano pontuando sempre o Hip Hop e a diversidade cultural, no instagram @gangster976 Diariamente.

Live Morhan na Quarentena

assuntos de interesse das pessoas com hanseníase e temas relacionados à pandemia, na página do Facebook "Morhan Nacional"
Toda terça-feira, às 18h.

Live da Feira das Manas de Palmas

no instagram @feiradasmanaspmw
Toda sexta-feira, às 20h.

Live "Vamos falar de cinema negro?"

no instagram @coletivocoisadepreto
Toda quinta-feira, às 17h.



Live Ativa - Arte e Educação

no perfil <https://www.facebook.com/ativacaoculturalescolas/>
Toda quarta-feira, às 15h.

Live H2 BLACK 20 de novembro

no perfil <https://www.facebook.com/H2black.oficial/>
Dia 13 de setembro às 15h.

Podcast Rede Mães de Luta

no canal <https://www.youtube.com/channel/UCkQ6-ibVKYNOfXjv7nYdTXw> e no Spotify
Programações quinzenais.

Vídeo Memórias da Luta do Povo Negro em Porto Alegre

com Malu Viana <https://www.youtube.com/watch?v=FIRlhmuQXWY&app=desktop>

Parte 1 da Produção do Projeto Obirin "Feminina Moda Negra" - Associação de Arte e Cultura Negra Ara Dudu

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O3j87iP8dG0>

Exposição virtual "Olhares sobre Lentes Dançantes", do espetáculo A Dança dos Orixás, da Cia. de Dança Afro Daniel Amaro, no Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense.

Disponível em: <http://museuhistoricobpp.com.br>

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Prêmio Empreenda Saúde	Seu objetivo é incentivar o empreendedorismo e a inovação, desenvolver talentos e reconhecer negócios com grande potencial na área da saúde.	até 15/09/2020	https://www.premioem-preendasaude.com.br/
Festival Internacional O Cubo de Cinema Independente em Língua Portuguesa	Podem participar da chamada pessoas físicas e jurídicas. Serão selecionadas obras de curtas e longas-metragens nas categorias de Animação e Ficção; Documentário; Entretenimento; Experimental; Séries.	até 30/09/2020	https://fundacc.sp.gov.br/7o-festival-internacional-o-cubo-de-cinema-independente/
Edital de Chamamento Público Nº001/2020/ CMDCA de Rio do Sul - SC	Poderão inscrever-se para pleitear recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), serviços, programas de organizações da sociedade civil de interesse público, organizações da sociedade civil e programas governamentais, que tenham registro deferido e documentação de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).	Até 28/09/2020	https://prosas.com.br/editais/6883-edital-de-chamamento-publico-no-0012020cmdca-de-rio-do-sul-sc
Edital Enfrentando o Racismo a Partir da Base – Fortalecimento Institucional e Mobilização para Defesa de Direitos.	Serão apoiadas até 20 organizações que receberão o valor de no máximo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para viabilizar estrutura material e condições básicas de trabalho, garantindo a sustentabilidade de suas atividades de promoção da equidade e da justiça racial.	Até 21/09/2020	https://www.fundo-brasil.org.br/edital/enfrentando-o-racismo-a-partir-da-base-fortalecimento-institucional-e-mobilizacao-para-defesa-de-direitos/

Prêmio Empreendedor Social do Ano em Resposta à Covid-19	O foco será o enfrentamento da desigualdade e dos efeitos negativos da Covid-19 e também a busca de respostas às novas demandas de uma sociedade em transformação, em momento histórico de mobilização e de articulação entre sociedade civil, empresas e poder público.	Até 15/09/2020	https://prosas.com.br/editais/7692-premio-empresario-social-do-ano-em-resposta-a-covid-19
Edital Reponsabilidade Social 2020 da Dow	O objetivo é financiar projetos sociais e ambientais executados por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em municípios onde a companhia está instalada.	Até 17/09/2020	https://prosas.com.br/editais/7774-edital-de-reponsabilidade-social-2020-da-dow
Programa MAGALU de Combate à Violência Contra a Mulher - Edição 2020	A chamada é voltada para Organizações da Sociedade Civil (OSCs), de direito privado, sem fins lucrativos, que executem projetos que contribuam para o combate à violência contra mulheres, em suas diferentes dimensões: física, psicológica, sexual, moral, institucional, patrimonial etc.	Até 23/09/2020	https://prosas.com.br/editais/7765-programa-magalude-combate-a-violencia-contra-a-mulher-edicao-2020
Fundo de Fomento Redes de Territórios Educativos - São Luís - MA	A prioridade deste Fundo é fortalecer e promover redes de parcerias para desenho e implantação de um Plano de Ação Coletiva e Integrada, construído de forma participativa, a partir de um diagnóstico (Mapa de Identidade), para promoção do desenvolvimento integral das crianças e adolescentes no território. As iniciativas selecionadas receberão apoio financeiro acompanhamento técnico para sua implantação.	Até 16/10/2020	https://prosas.com.br/editais/7760-fundo-de-fomento-redes-de-territorios-educativos-sao-luis-ma

OPORTUNIDADES

<p>Prêmio Funarte de Apoio ao Espetáculo Circense 2020</p>	<p>Visando apoiar os artistas circenses com perspectivas a uma futura retomada das atividades presenciais, as propostas inscritas devem prever a montagem, a renovação ou a circulação de espetáculos a serem apresentados, in loco, ao público. Sendo assim, por não haver uma data certa para o retorno das atividades, a Funarte oferecerá o prazo de um ano, após o pagamento do prêmio, para execução dos projetos contemplados.</p>	<p>Até 30/09/2020</p>	<p>https://www.funarte.gov.br/edital/premio-funarte-de-apoio-ao-espetaculo-circense-2020/</p>
<p>Arte em Toda Parte</p>	<p>O presente edital destina-se a premiar oficinas, apresentadas em vídeos, produzidas por profissionais técnicos de apoio e criação das áreas técnico-artísticas, para difusão em plataformas digitais, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas.</p>	<p>02/10/2020</p>	
<p>Concurso #pelademocracia USP EDITAL IEB</p>	<p>O Concurso tem por objetivo acolher manifestações culturais de três grupos sociais com o tema #pelademocracia, a saber: cordelistas e repentistas, freestyle rappers e slammers, sob a forma de vídeos curtos, com no máximo 3 minutos de duração.</p>	<p>Até 05/10/2020</p>	<p>http://www.ieb.usp.br/</p>

Alderon Costa



...seis...

POR CÉLIO LIMA (PHILOPOETA)

JA S'ERA BEMA!S DQ POSS!VEL
FORA POSS!VEL RELATAR V!VAMEANTE
TAL ESPERANÇADQU!R!DA... PERD!DA...
EM 1 DESEJO PROFUNDO
D'1 S!MPLES LAPSO DE MEMORIA
+ SE JA FORA OCORR!DO TAL ACTO ABSURDO
(POREM NU HJ... ACHO ATE SER S!MPAT!CO)
A MENTE FERVE Y PALAVROES DEG!R'OS
AS VEZES ENGUL'OS OUTRAS VOM!T'OS
T E N T O ADORMECER
DENTRO D'UMA VERDADE
D'OUTRO LADO 1 SEGREDO
POSSONHAR EM TE FAZER S O R R ! R
DESEJO PROFUNDO
!NT!MO... LUDICO... TALVEZ
.
-C.P.B.P.JR:
(O POETA-MATUTO-MARGINAL !!!)*

Bio do autor e poeta e suas obras:

Célio Lima (PHILOPOETA) nasceu em Bezerros, cidade interiorana situada no Agreste Pernambucano em 1981. Licenciado em filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2016). É filósofo por natureza, anarquista por vontade de potência e poeta por diversão. Membro fundador dos movimentos literários: A Sociedade dos Filhos da Pátria e O Coletivo FDP. Ativista/produzidor cultural e pesquisador

LIVROS (Colaboração e revistas):

- OS CÂNTICOS ÀS SAÚVAS (2012)
- SEM NINGUÉM (2013)
- OS QUATROS CAVALEIROS DO APOCALIPSE (2013)

- SÉRIE 10 CÂNTICOS ÀS SAÚVAS (2015)
- O MARGINAL #3 (2015).
- LITERATURA PERNAMBUCANA – Uma Disciplina Necessária (2017).
- NO RECANTO DA ESTAÇÃO - Resistência Poética... (2018).

LANÇAMENTOS:

- 10 CÂNTICOS ÀS SAÚVAS (2020)
- MESA DE POESIA (2020)
- O POETA MATUTO MARGINAL NA SOMBRA DE 1984 (2020)

*C.P.B.PJR: (O POETA-MATUTO-MARGINAL !!!) É um dos personagens criados por o autor.

Trecho do livro do “Matuto Cibernético” (Célio Lima) “...O POETA-MATUTO-MARGiNAL NA SOMBRA DE 1984...”,

disponível para venda impressa e virtual no site:

<https://clubedeautores.com.br/livro/o-poeta-matuto-marg-nal-na-sombra-de>